



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

18 DE ABRIL DE 1977.

DISCURSO NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO
DA IX CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE
COMÉRCIO EXTERIOR, NO PARQUE
ANHEMBI, EM SÃO PAULO.

Senhores:

A Revolução de 64, ao longo de sucessivos governos, está implantando no Brasil um modelo econômico de caráter neocapitalista, adaptado à realidade social e política da Nação, e, pois, ajustado às circunstâncias atuais e ao estágio já alcançado em nosso desenvolvimento.

A essência deste modelo — que visa, de fato, a uma justiça social mais avançada — vem traduzida na legislação em vigor, em particular no II PND, em pronunciamentos oficiais e, notadamente, na objetiva atuação governamental.

Para vencer o subdesenvolvimento ou enfrentar a concorrência econômica e tecnológica das grandes potências, não recorreremos, como alhures, a nacionalismos extremados, nem a experiências socialistas e, tampouco, apelamos para maior nacionalização de certos setores industriais básicos ou para o seu efetivo controle através de conglomerados financeiros estatais.

Resistimos, também, à tentação que assalta muitas outras economias, de minimizar o significado das relações econômicas internacionais. Econômica e politicamente, estamos conscientes da necessidade

de reduzir, progressivamente, a nossa vulnerabilidade em relação a fatores externos. Mas o caminho, para isso, não é o insulamento. Ao contrário, optamos pela integração maior com a economia mundial, principalmente quanto ao crescimento do comércio externo que, entre os anos de 1963 a 1976, teve o seu total elevado de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 22,4 bilhões.

Baseamos a maior parte de nosso desenvolvimento econômico — em seus variados campos de atividade — na empresa privada nacional, considerando-a como o instrumento de ação mais engenhoso e eficaz. Ela conta, assim, com o decidido empenho do Governo, para assegurar-lhe o necessário apoio.

Não abrimos mão, porém, da contribuição trazida, em caráter suplementar, pela poupança externa, pelo aporte de tecnologia mais complexa, pela disponibilidade de equipamentos mais sofisticados, pelas oportunidades de modernização e de obtenção de maior competitividade que a articulação com o mundo desenvolvido e, em geral, com a comunidade econômica internacional, pode proporcionar-nos. Os benefícios de tais oportunidades que crescentemente se voltam para o Brasil, superam os riscos dessa articulação, principalmente diante das políticas, hoje irreversivelmente implantadas no País — de expansão acelerada e diversificada das exportações, de diversificação das fontes externas de financiamento e investimento direto, e de auto-suficiência em matérias-primas básicas.

Por isso, procuramos assegurar a adequada e harmoniosa convivência da empresa privada nacional

com o capital vindo do exterior. A empresa estrangeira é considerada, também, um agente do processo, sob a orientação do poder nacional, com acesso a estímulos e definição de responsabilidades. A ela não se atribuíram favores especiais; mas, contra ela, não se discrimina. Sua colaboração tem sido obtida, principalmente, pela estabilidade das normas legais de tratamento do capital estrangeiro e pela preservação de um clima de oportunidade.

No quadro formado por essas linhas mestras, orienta o meu Governo, desde o início, sua ação no campo econômico.

Os sobressaltos que a economia mundial sofreu, após a crise do petróleo, atingiram fortemente o Brasil, do mesmo modo que à generalidade dos países em estágio intermediário de desenvolvimento. Passados três anos, em que grandes transformações estruturais ocorreram na economia brasileira, pode afirmar-se que a estratégia de médio prazo, adotada para a conjuntura, foi acertada, pois os resultados obtidos revelam-se promissores.

O Balanço de Pagamentos, em particular, apresenta-se mais favorável este ano. As perspectivas, em fins de 1976, já previam uma maior redução no *deficit* da balança comercial em 1977, suficiente para preservar nossa credibilidade externa. A realidade presente é, entretanto, bem melhor, em parte devido a circunstâncias excepcionais de elevados preços, no mercado de exportação, de alguns produtos fundamentais. O *deficit* comercial acumulado no 1º trimestre de 1977 é estimado em cerca de 170 milhões

de dólares, em comparação com 946 milhões no mesmo período de 1976. As exportações foram aproximadamente de US\$ 2.670 milhões (44% acima do ano passado) e as importações estiveram ao nível de US\$ 2.840 milhões.

Tais resultados, obtidos após um período de reais dificuldades, devem-se, essencialmente: — à expansão continuada das exportações, simultaneamente com a virtual estabilização do valor das importações; aos programas de substituição de importações, principalmente quanto a insumos básicos e bens de capital; e ao clima favorável aos investimentos, internos e externos, mantido inclusive com a opção por uma gradual desaceleração do crescimento econômico e que influiu certamente para manter a confiança dos investidores e financiadores externos. Dentre estes últimos, cabe destacar a importância da colaboração recebida do Banco Mundial e do Banco Interamericano, assim como, em especial, da comunidade financeira internacional, a qual tem tido papel de maior relevância na reciclagem que se fez necessária após a crise do petróleo, permitindo a relativa normalidade da economia mundial, num quadro radicalmente transformado.

Necessário é, agora, consolidar esses resultados de melhoria da Balança Comercial, inclusive porque, como assinalai, o que está ocorrendo este ano se deve, em parte, a fatores de caráter acidental e temporário que têm, também, reflexos negativos, notadamente na inflação interna e em possíveis frustrações futuras. A preocupação com a preservação do

que já alcançamos implica, de um lado, manter sob controle o nível das importações que, por enquanto, não cabe elevar. De outro lado, está a oportunidade de iniciativas como a desta Conferência que, nesta fase, deve ser orientada primordialmente no sentido de mobilizar o empresariado nacional para a expansão das exportações.

Poucos países conseguiram realizar tanto em tão pouco tempo, em favor de suas exportações. Sem embargo, a hora é, ainda, a de um esforço maior, para se chegar a um *superavit* na balança comercial o mais cedo possível. Nas «Diretrizes e Prioridades para 1977», que aprovei em reunião do CDE de 24 de janeiro, reafirmamos a «alta prioridade a ser assegurada às exportações». Diferentemente das demais magnitudes do II PND, que são apenas indicadores, o aumento das exportações, da ordem de 20% ao ano, deve ser considerado como meta, ou seja, objetivo definido, do Governo e setor privado, a despeito do baixo crescimento recente das economias desenvolvidas e dos obstáculos novos por elas frequentemente criados.

Para que possamos atingir esse nosso objetivo, é preciso atuar eficientemente em vários setores. Assim: — em primeiro lugar, cabe assegurar que o Governo garanta a preservação do nível de incentivos que forem realmente necessários, num sistema que, em fins de 1976, foi aperfeiçoado com a aprovação de novo mecanismo de financiamento, e a absorção, pela União, de 50% dos compromissos de créditos fiscais de ICM dos Estados; — em seguida,

é importante incrementar o esforço de maior diversificação das exportações, tanto de produtos industrializados, como agrícolas e agroindustriais; — por fim, é cada vez mais urgente que nos voltemos para a comercialização, fase em que ainda temos muito a aprender e muita agressividade a desenvolver.

Desejamos ver, a cada dia, novas empresas, nacionais e estrangeiras, novos produtos, novos setores, integrando-se na grande investida econômica para o exterior. E, notadamente, dinamizar a operação das empresas comerciais («trading companies»), com o estabelecimento de bases eficientes no exterior, enquanto se realiza a privatização da COBEC, já em curso, e se confere à INTERBRÁS a função de órgão complementar e de apoio ao setor privado, exercendo relevante função pioneira, principalmente com relação a países do Oriente Médio e da área socialista.

Meus Senhores,

Existem campos em que a empresa nacional e a estrangeira, operando no País, estão do mesmo lado. É o caso da conquista de mercados externos, principalmente quanto a produtos manufaturados. Pela conjugação de nossas ações, vamos mostrar que temos iniciativa e poder de competição. Vamos redobrar esforços, organizar-nos melhor, atuar com dinamismo maior, na certeza de que, assim fazendo, estaremos realizando tarefa das mais importantes para que a economia brasileira continue sua marcha ascendente para o desenvolvimento e, assim, proporcione melhor bem-estar aos brasileiros.

Ao concluir, agradeço-lhes a oportunidade deste encontro em que Governo e Empresários se irmanam, bem assim a generosa acolhida que me fizeram e formulo meus melhores votos pelo êxito pleno da IX Conferência Brasileira de Comércio Exterior.